



SPM – SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES

Rua Caiambé, 126 – Ipiranga – São Paulo – Brasil – CEP: 04264-060
Telefone (0xx11) 2063.7064 - E-mail: [HYPERLINK "mailto:spm.nac@terra.com.br"](mailto:spm.nac@terra.com.br)
spm.nac@terra.com.br Site: [HYPERLINK "http://www.spmnacional.org.br"](http://www.spmnacional.org.br)
www.spmnacional.org.br

Utilidade Pública Estadual – Decreto 43929 / Utilidade Pública Federal – Portaria 1026 de 09/11/01
Certificado de Filantropia cf. Resolução nº 67, de 18/06/02

NO ADVENTO DO SENHOR CRIANÇAS SÃO DESPEJADAS COM SUAS FAMÍLIAS NA PARAÍBA

O Serviço Pastoral dos Migrantes - SPM - vem expressar por meio desta nota de repúdio a sua preocupação e sua indignação em relação ao despejo das mais de 400 famílias da ocupação Dubai, em João Pessoa - Paraíba. O despejo foi o primeiro contato da prefeitura com as famílias que ocupavam aquele espaço. Anteriormente não ocorreram tentativas de diálogo com essas pessoas.

Entre as 400 famílias presentes, haviam aproximadamente 40 famílias de imigrantes venezuelanos, o que agrava ainda mais a preocupação com o respeito aos direitos das famílias migrantes e com os direitos humanos de uma forma geral.

Mais de 700 pessoas foram removidas da área que ocupavam, sob alegação de desmatamento e presença de tráfico de drogas na área. Poderiam desocupar grandes condomínios que foram construídos em áreas de preservação, mas nunca o farão, pois servem aos interesses da prefeitura.

As famílias despejadas, em plena pandemia, estão sendo criminalizadas, por serem pobres e desassistidas pela prefeitura violadora de direitos e foram levadas a revelia para o Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral (CPDAC), no Valentina, a escola João Gadelha e o ginásio Hermes Taurino, em Mangabeira, sem nenhuma ideia do que a prefeitura pretende com elas.

O acesso aos itens de saúde, e testagem para a Covid-19, assim como acesso a alimentação é muito preocupante para as famílias brasileiras, e para as famílias venezuelanas a situação é ainda mais crítica, tendo em vista que a situação desses imigrantes é muito vulnerável.

Ainda queremos denunciar a postura da prefeitura de João Pessoa, que nunca buscou diálogo com a comunidade e usou de pretexto para

despejo covarde das famílias a guerra às drogas (que nada mais é que uma guerra aos pobres), alegando que havia tráfico de drogas na comunidade e também desmatamento em uma área de preservação. Além disso, de acordo com matéria publicada pelo portal Brasil de Fato, "A remoção das famílias de Dubai foi feita sem o conhecimento da Defensoria Pública. Apesar das inúmeras crianças da ocupação, não houve presença do Conselho Tutelar”.

Também é preciso chamar a atenção para o silêncio da imprensa perante a essa ação covarde do poder público. Até esse momento o fato não foi noticiado de maneira significativa por nenhum grande veículo de comunicação, mostrando mais uma vez de que lado os grandes veículos estão.

Enfim, acreditamos na democracia, na solidariedade e na participação da sociedade e queremos que as autoridades tomem iniciativas, para chamarem o feito à ordem. O despejo ilegal deve ser revogado, e a prefeitura deve recolocar as famílias presentes em um lugar digno e que tenham condições adequadas de higiene e limpeza, como preconiza a OMS.

SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES DO NORDESTE E
COORDENAÇÃO NACIONAL

29 de novembro de 2020.